

UM OLHAR ALÉM DO DIAGNÓSTICO

Aleksandr Salamanca Miyahira¹

Introdução: quando tempo se dobra

Há momentos na vida em que o tempo se dobra. Não como poesia, mas como urgência. De repente, o mundo desacelera, o olhar se volta para dentro e o futuro que antes parecia tão vasto, encolhe-se em perguntas sem respostas.

Esse é o efeito de um diagnóstico oncológico. Ele não recomeça no exame, nem termina no prontuário. Começa no abalo da identidade, na reconfiguração da rotina, no silêncio que toma conta das palavras. E continua, muitas vezes, na solidão invisível que acomete quem tenta seguir em frente enquanto o corpo é tratado, mas a alma segue em suspenso.

É nesse instante que a medicina e o direito devem caminhar juntos, não como instituições abstratas, mas como presenças humanas. Porque quem enfrenta o câncer não precisa apenas de soluções clínicas ou respostas legais. Precisa de escuta, de dignidade, de sentido.

A paciente: presença, afeto e travessia

Em cada paciente oncológica há um universo pulsando: sonhos interrompidos, vínculos ameaçados, memórias que retornam com força. Não há como separar o corpo da história que ele carrega. Nem é justo esperar que alguém enfrente a essa travessia apenas com laudos, bisturis e petições.

A doença invade a biografia. Redefine papéis. Muda a forma como a paciente

¹ Médico Mastologista e Ginecologista - CRM 52-67565-2 – TEMA | TEGO. Médico formado no Rio de Janeiro, com títulos de especialista em Mastologia (TEMA) e Ginecologia e Obstetrícia (TEGO). Aprovado em 1º lugar no concurso nacional do Instituto Nacional do Câncer (INCA), onde atuou como staff e preceptor da residência médica. É membro da Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM) e da FEBRASGO, com participação ativa em comissões científicas e diretorias de ambas as entidades. Participações diversas como palestrante, debatedor e coordenador em jornadas, congressos e eventos científicos nacionais e internacionais nas áreas de mastologia, ginecologia e saúde da mulher. Atua com foco em oncologia mamária, cirurgia reconstrutiva e cuidado humanizado da mulher, exercendo sua prática entre o Rio de Janeiro e Mato Grosso, com excelência técnica, ética e abordagem centrada na escuta sensível da paciente.

se vê e como o mundo a vê. Há perdas que não aparecem nos exames: a perda da espontaneidade, da confiança no corpo, da sensação de controle sobre a própria vida. E há também uma força que brota das ruínas, feita de coragem, de fé e de reinvenção.

O cuidado neste contexto, não é apenas um ato técnico. É um compromisso com outro em sua inteireza. Exige presença real, respeito pelo tempo interno, sensibilidade para o que não se diz.

O direito como território de proteção

A paciente não deveria precisar lutar por aquilo que já lhe é garantido. Direito a informação clara. Direito a escolha. Direito ao tempo necessário para compreender riscos e decidir caminhos. Direito à reconstrução mamária, ao cuidado integral, ao amparo emocional, a inserção no trabalho, fertilidade, a maternidade, a própria imagem.

No entanto, a realidade ainda nos mostra um cenário onde muitas dessas garantias esbarram na burocracia, na falta de escuta ou na ausência de empatia. O sistema, muitas vezes, é eficiente com os dados e negligente com as dores.

O direito, portanto, precisa se reafirmar como instrumento de humanidade. Não apenas para garantir acesso, mas para proteger a travessia. Não apenas para corrigir injustiças, mas para evita-las desde o início... Onde começa a escuta, onde se estabelece o vínculo, onde a paciente é respeitada em sua autonomia.

A comissão como encontro necessário

A criação da comissão de Direito oncológico e tratamentos paliativos da OAB-RJ é acima de tudo um gesto de escuta coletiva. Uma resposta sensível à complexidade da jornada oncológica. Um espaço de intercessão entre saberes, onde a técnica encontra a ética e onde o afeto se torna linguagem legítima da justiça.

Nossa tarefa não é apenas produzir conhecimento, mas construir pontes. Pontes entre instituições e pessoas. Entre a teoria jurídica e a dor vivida. Entre o cuidado médico e um amparo legal. Entre a pressa dos sistemas e o tempo íntimo do sofrimento humano.

Conclusão: o que cura não está só no remédio

Olhar além do diagnóstico é reconhecer que, por trás de cada caso, existe uma história em curso. É saber que o sofrimento não se segura apenas com técnica e que a justiça não se faz apenas com leis. Cura e justiça nesse campo, exigem presença, verdade e delicadeza.

Que esta comissão se torne um farol para aqueles que, no meio da dor, procuram um sentido. Que sejamos agentes de transformação onde antes havia apenas rotina. E que, ao final de cada texto, evento, atendimento ou decisão, a paciente se sinta menos só.

Por que, às vezes, o que salva uma vida não é o tratamento, é o olhar que a reconhece como vida.

Referências

FORTIN, J.; LEBLANC, M.; ELGBEILI, G.; et al. The mental health impacts of receiving a breast cancer diagnosis: a meta-analysis. *British Journal of Cancer*, v. 125, n. 11, p. 1582-1592, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41416-021-01542-3>.

RANIERI, J.; DI GIACOMO, D.; GUERRA, F.; et al. Early diagnosis of melanoma and breast cancer in women: influence of body image perception. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 19, n. 15, p. 9264, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph19159264>.

RUNOWICZ, C. D.; LEACH, C. R.; HENRY, N. L.; et al. American Cancer Society/American Society of Clinical Oncology breast cancer survivorship care guideline. *Journal of Clinical Oncology: Official Journal of the American Society of Clinical Oncology*, v. 34, n. 6, p. 611-635, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1200/JCO.2015.64.3809>.

SHAPIRO, C. L. Cancer survivorship. *The New England Journal of Medicine*, v. 379, n. 25, p. 2438-2450, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1056/NEJMra1712502>.

TAO, L.; WANG, Q.; ZENG, X.; et al. Psychological distress in adult women of reproductive age at different stages after breast cancer diagnosis: a qualitative study. *Journal of Clinical Nursing*, v. 33, n. 5, p. 1921-1932, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1111/jocn.17018>.

Centro de
Documentação e
Pesquisa

OABRJ